

FOCO REGIONAL
Guido Mantega (foto):
Idéia é descentralizar
os planos de
desenvolvimento F10



RUMOS DA ECONOMIA

Economia - Brasil

Recuperação a passos lentos

O debate hoje concentra-se na dosagem adequada de três instrumentos: superávit primário, regime de metas para a inflação e câmbio flutuante

Disseminada a confiança na política econômica do governo, ao final de 120 dias de administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a taxa de câmbio teve uma apreciação de 21,6% e o prêmio de risco Brasil caiu para 840 pontos. Os reflexos dessa melhora começam a aparecer de forma ainda tênue na inflação. A trajetória deve ser de queda mais acentuada, na expectativa do governo, encerrando a fase de resistência dos preços.

Embora a meta ajustada do IPCA para este ano seja de 8,5%, o que o Banco Central está perseguindo, de fato, é a meta ajustada de 5,5% para 2004. Diante desses indicadores, dá-se por esgotada a fase de aumentos da taxa básica de juros que, daqui para a frente, pode começar a cair. Sem mais incertezas em relação à manutenção do tripé — superávit primário para redução da dívida líquida do setor público, regime de metas para a inflação e câmbio flutuante — surge, agora, um debate, dentro e fora do governo, sobre a dosagem desses instrumentos.

A expressão dessa discussão está na preocupação com a taxa de câmbio. O presidente do BC, Henrique Meirelles, deixou claro que ainda considera a taxa de câmbio atual depreciada. Mas há os que defendem que o BC deve, de alguma forma, impedir que o câmbio continue se apreciando, já que ele é o principal motor da acumulação de saldos comerciais que estão reduzindo a dependência externa do país. Não é um tema trivial, principalmente quando a inflação, pressionada justamente pela brutal desvalorização da moeda no ano passado, ainda é problema.

Em sondagem feita pelo Valor junto a 144 empresários da indústria, comércio e demais serviços, o desempenho da coordenação econômica do governo Lula é avaliado como “bom” por 58% dos entrevistados; mas os programas sociais patrocinados pelo governo do PT são considerados apenas “regulares” por 51%.

A grande maioria dos empresários aposta que a taxa básica de juros ao final deste ano estará abaixo dos 26,5% atuais. Na média, a sondagem indica uma taxa Selic de 21,2%. A inflação tende a se estabilizar, nos próximos meses, na faixa de 0,6% a 0,9% para 57% dos consultados. Dado esse conjunto de expectativas, para 81%, as chances de o país retomar o crescimento econômico ainda neste ano são entre “mé-

dia” e “baixa”. A recuperação só deverá vir no próximo ano, acreditam.

O governo também encara o ano de 2003 como um período de “transição”. Uma etapa intermediária entre o ajuste das contas externas e internas e a retomada do crescimento “com justiça social”. O superávit primário do setor público consolidado, de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), porém, é uma meta que veio para ficar por um bom tempo. Há dúvidas quanto a sustentabilidade política de um esforço fiscal dessa magnitude.

Para dois dos mais influentes economistas do governo, o diretor de Política Econômica do Banco Central, Ilan Goldfajn, e o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa, porém, 4,25% do PIB é um superávit “sustentável e necessário” para colocar fim a um problema que é origem de muitos outros: o tamanho da dívida líquida do setor público como proporção do PIB. Ambos assinalam que, aprovadas as reformas da Previdência e tributária, essa tarefa se tornará menos penosa e sugerem que o superávit contracíclico poderá ser uma forma de atenuar o sacrifício.

Na área externa, o superávit da balança comercial pode chegar próximo a US\$ 20 bilhões este ano e garante, junto com as captações das empresas, da República e a disponibilidade de recursos do Fundo Monetário Internacional, uma boa dose de tranquilidade. Para Goldfajn, porém, o ajuste externo estará consolidado quando a inflação, finalmente, baixar.

A redução do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos foi notável: de 4,01% do PIB no primeiro trimestre de 2002 para 0,96% no mesmo período de 2003. O país está muito menos vulnerável às turbulências do mercado financeiro internacional do que nos anos recentes. Mas o governo não sabe se o conforto nas contas externas é suficiente para abrir mão de uma renovação do acordo com o FMI, que se encerra em setembro.

Cláudia Safatle, de Brasília

72%
dos dirigentes de empresas aprovam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva*

84%
dos presidentes das companhias aprovam a coordenação econômica do governo Lula*

21,2%
é a taxa de juros média esperada pelos entrevistados para este ano*

Resultado fiscal primário

Em % do PIB



Balança comercial

Saldo - em US\$ bilhões



Câmbio

Cotação de venda - em R\$/US\$



R\$ 3,00

é a cotação esperada para o piso do dólar, pela maioria dos presidentes de empresas e **R\$ 3,50** é a taxa para o teto*

PIB

Variação real - em %



46%

dos executivos consideram média a chance de o país retomar o crescimento em 2003 e **35%** acham que ela é baixa*

Juros

Selic efetiva - em % ao ano



57%

dos altos executivos acreditam que a inflação mensal vai se estabilizar entre **0,6% e 0,9%***

Inflação

Variação do IPCA - em %



*Sondagem realizada pela internet com os presidentes das empresas que fazem parte da edição 2002 do Valor 1000.